

AÇÃO COLETIVA POR UM CÓDIGO DE CONDUTA PARA MINISTROS DO STF GANHA IMPULSO COM APOIO POPULAR E DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Uma ação ampla, plural e suprapartidária em defesa da adoção de um **Código de Conduta Ética para os ministros dos Tribunais Superiores** intensificou sua mobilização institucional e popular nas últimas semanas.

A iniciativa teve início em **16 de dezembro de 2025**, com a publicação de um manifesto subscrito por mais de **200 representantes de diversos segmentos da sociedade civil** — entre filantropos, acadêmicos, advogados, profissionais liberais, empresários e lideranças sociais — e com o lançamento de uma **petição online**, que já acumula mais de **43 mil assinaturas**.

O movimento passou a integrar, mais recentemente, uma mobilização articulada por organizações como **Transparência Brasil**, **Derrubando Muros** e o **Movimento Orçamento Bem Gasto**, com apoio do **República.org** e do **Movimento Pessoas à Frente**. Essas entidades vêm promovendo a coleta de apoios institucionais de organizações comprometidas com a ética, a transparência e a boa governança pública, reforçando o caráter coletivo e suprapartidário da iniciativa.

A mobilização das organizações da sociedade civil se soma ao engajamento popular, ampliando a escala e a diversidade de vozes que defendem a adoção de um código de conduta para magistrados. A proposta tem como foco a **prevenção de conflitos de interesse**, a **transparência de atividades externas e da comunicação pública**, além do estabelecimento de **padrões claros de conduta institucional**. O movimento reflete a preocupação de amplos setores da sociedade com a necessidade de normas claras de comportamento e integridade para magistrados das mais altas Cortes do país, em consonância com práticas adotadas em democracias consolidadas.

A ação coletiva já reúne mais de **50 organizações sociais**, cujos apoiadores podem ser consultados na íntegra por meio de link público. O movimento endossa a proposta apresentada pela **OAB-SP** e sugere a adoção de **sete diretrizes mínimas**, baseadas em boas práticas internacionais de independência judicial:

1. **Imparcialidade**: obrigatoriedade de declaração prévia de conflitos de interesse e de recusa em processos com conexão pessoal, patrimonial ou ideológica, com possibilidade de revisão por instância ética independente.
2. **Benefícios e hospitalidades**: definição e vedação de vantagens capazes de afetar a reputação ou a independência do ministro, com absoluta transparência sobre eventos e atividades externas, especialmente as remuneradas.

3. **Relações privadas:** prevenção de conflitos envolvendo relações familiares, profissionais ou sociais que possam impactar direta ou indiretamente a atuação jurisdicional, em especial no exercício da advocacia por parentes próximos.
4. **Comunicação pública:** autocontenção e sobriedade na comunicação pública dos ministros, inclusive em redes sociais, coibindo manifestações que possam ser interpretadas como antecipação de decisões, posicionamento político-partidário ou personalização excessiva da função jurisdicional.
5. **Ensino jurídico:** regulamentação de atividades acadêmicas e de ensino, considerando o recebimento de recursos, patrocínios ou doações de escritórios de advocacia, litigantes habituais ou instituições com interesse direto em decisões judiciais.
6. **Transparência:** publicidade, em formato acessível e padronizado, de declarações patrimoniais, agendas oficiais, palestras, vínculos profissionais e acadêmicos, participação em eventos e recusas de convites.
7. **Orientação e fiscalização da conduta:** criação de instância institucional autônoma e independente para acompanhamento, orientação e fiscalização do cumprimento das diretrizes, com composição plural e procedimentos claros.

Segundo as organizações proponentes, os mecanismos atualmente existentes não garantem à sociedade brasileira a percepção de independência e transparência esperada de ministros que detêm a palavra final na defesa da democracia e dos direitos fundamentais. Notícias recorrentes sobre comportamentos inadequados e conflitos de interesse evidenciam fragilidades desses mecanismos e aprofundam a desconfiança social em relação à legitimidade das Cortes Superiores.

Nesse contexto, a adoção de um código de conduta é vista como essencial para que a sociedade reconheça nos ministros referências máximas de integridade, em consonância com sua função constitucional de preservação da democracia e proteção dos direitos fundamentais.

Indivíduos e organizações signatárias

Os organizadores e apoiadores destacam que a iniciativa **não possui caráter personalista, acusatório ou partidário**, nem se dirige a ministros individualmente. Trata-se de uma contribuição **propositiva e construtiva** ao debate institucional, com o objetivo de fortalecer o STF e os demais Tribunais Superiores como pilares do Estado Democrático de Direito, protegendo sua autoridade e legitimidade perante a sociedade.

Entre os apoiadores estão juristas, acadêmicos, lideranças empresariais, ex-autoridades públicas e organizações da sociedade civil reconhecidas por sua atuação em defesa da democracia, da ética pública e do fortalecimento das instituições.

O manifesto das organizações e a petição popular serão apresentados em breve às presidências dos Tribunais Superiores como expressão de uma manifestação **legítima, progressiva e plural** da sociedade brasileira em defesa de padrões éticos claros para o sistema de Justiça.

Principais pontos do movimento

- **Apoio institucional e popular:** mais de 200 signatários do manifesto original e 43 mil assinaturas na petição online.
- **Participação de organizações sociais:** entidades de governança, transparência e integridade, reforçando publicamente a importância do tema.
- **Relevância jornalística:** ampla cobertura da imprensa nas últimas semanas, com foco nas implicações públicas e institucionais da proposta.
- **Base democrática:** ênfase em ética, independência, imparcialidade e fortalecimento da confiança pública no Judiciário.

Sobre a petição online

A petição permanece aberta à adesão de cidadãs e cidadãos que desejam apoiar a adoção de um Código de Conduta Ética para ministros do STF e demais Tribunais Superiores, como expressão da demanda social por normas claras que reforcem a legitimidade e a credibilidade das Cortes Superiores brasileiras.

Link da petição: <https://bit.ly/4a0Zx9J>

Nossas Redes Sociais: [Instagram](#) e [Facebook](#)

Nosso site: [Clique Aqui](#)

Contatos para a imprensa

Transparência Brasil

Nathália Mendes

(14) 99193-7996

nmendes@transparencia.org.br

Movimento Orçamento Bem Gasto

Marcelo Issa

(11) 99424-6997

marcelo.issa@pulsopublico.com.br

República.org

Larissa Guimarães

+55 (61) 98310-9424

larissaguima80@gmail.com

Derrubando Muros
José Cesar Martins
+55 (51) 99259-35